

FAMÍLIA, INCLUSÃO E DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA APAE

Ana Nesia Abreu Lopes¹
Natasha Pinheiro Barbosa Toledo²

natasha.pinheiro.barbosa@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

Este artigo analisa a atuação do psicólogo na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e sua importância na promoção da qualidade de vida e inclusão de pessoas com deficiência. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentou-se na observação sistemática em campo de estágio para compreender as principais intervenções realizadas. Os resultados evidenciam que o psicólogo atua de forma interdisciplinar por meio de atendimentos individuais e coletivos, orientação familiar e projetos educativos que estimulam a autonomia, a saúde mental e a aprendizagem. O suporte aos familiares mostrou-se essencial para o enfrentamento de desafios emocionais, aceitação e construção de estratégias eficazes de cuidado. Conclui-se que a atuação da psicologia na APAE vai além do modelo clínico tradicional, configurando-se como uma prática institucional e social indispensável para o fortalecimento de vínculos, valorização das potencialidades dos educandos e efetivação de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: APAE; Psicologia; Inclusão; Família; Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a relação entre a Psicologia e a Educação se consolidou no Brasil desde que a profissão foi regulamentada, em 1962. Longe de focar apenas no diagnóstico individual, essa união é fundamental para criar práticas pedagógicas inclusivas, adaptando o currículo e apoiando alunos com necessidades educacionais atípicas (Maia *et al.*, 2023). No país, uma das principais referências nesse cuidado integral é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Como uma rede ligada à Federação Nacional, a instituição tem o compromisso de defender os direitos e promover a inclusão social de pessoas com deficiência por meio de ações que unem saúde e educação (Raimundo; Hernandes, 2022).

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX

² Psicóloga, Especialista em Docência do Ensino Superior e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Vértice Univértix.

Nesse sentido, convém acentuar que, no passado, os cenários sociais, políticos, econômicos e culturais em que a APAE surgiu isolavam as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Isso criava grandes barreiras no aprendizado e afastava esse público das escolas comuns. Hoje, a rede mudou suas diretrizes e foca em oferecer serviços especializados e apoio direto às famílias, buscando diminuir o preconceito e construir uma sociedade mais justa (Santos; Sena Neto, 2024). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. Essa população costuma enfrentar a exclusão causada pelo capacitismo da sociedade, que enxerga a diferença apenas como uma falta ou incapacidade (Abreu; Braz, 2022).

Em virtude dessa visão social, o corpo com deficiência é frequentemente julgado como incapaz de atender às exigências de produtividade e aos padrões de beleza atuais. Como resultado, muitos indivíduos acabam afastados das relações do dia a dia (Santos; Sena Neto, 2024). Diante desse cenário complexo, questiona-se: quais são as contribuições da atuação psicológica na APAE para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a promoção da inclusão escolar e social das pessoas com deficiência?

Trabalhos como este são importantes para discutir os desafios reais do cotidiano, entendendo que o desenvolvimento do aluno atípico não acontece de forma isolada, mas depende do apoio dado à sua família. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar as contribuições da atuação psicológica no contexto da APAE, com ênfase nas ações voltadas ao acolhimento familiar, à promoção da autonomia dos educandos e ao fortalecimento dos processos de inclusão. Parte-se da ideia de que o trabalho do psicólogo junto com a equipe diminui o preconceito e reduz o cansaço emocional dos cuidadores, gerando materiais teóricos e práticos que valorizam a dignidade humana.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em primeiro lugar, importa destacar que a psicologia é uma ferramenta fundamental no processo de adaptação das famílias de pessoas com deficiência. Os estudos reconhecem que o ambiente familiar bem estruturado garante o desenvolvimento saudável de todos os seus membros. Além disso, a família é vista

como um sistema que possui recursos próprios, sendo capaz de criar estratégias eficientes para apoiar o parente com deficiência. Por isso, torna-se essencial a atuação do psicólogo no acolhimento desses familiares, construindo juntos formas de reorganizar a rotina da casa logo após o diagnóstico (Silva *et al.*, 2023)

Sob essa ótica, cabe pontuar que, desde a descoberta da gravidez, os pais experimentam sentimentos intensos baseados na idealização de um filho perfeito. No entanto, quando surge um laudo que quebra essa expectativa inicial, a dinâmica muda drasticamente, gerando emoções difíceis como culpa, sensação de incapacidade e incertezas sobre o futuro. Somado a esse turbilhão interno, é comum que os parentes enfrentem o medo do julgamento social, especialmente em um contexto onde ainda persistem atitudes preconceituosas na comunidade (Batista; Cafeiro, 2020).

Essa mistura de sentimentos, contudo, deve ser o ponto de partida para a reestruturação desse lar. É a partir do acolhimento da dor que nasce a necessidade de criar estratégias de enfrentamento prático e psicológico, permitindo que os pais transformem o impacto inicial em ações de estímulo e resiliência. Essa base firme construída em casa reflete diretamente no sucesso da trajetória estudantil, uma vez que cuidadores sobrecarregados ou sem suporte correm um risco maior de prejudicar o rendimento do aluno (Barros; Santos, 2015).

A partir dessa ligação direta entre o ambiente doméstico e o acadêmico, nota-se que a família tem o papel essencial de oferecer proteção, comunicação e segurança aos filhos (Baptista, 2009). Assim, o suporte emocional oferecido em casa está profundamente conectado ao incentivo pedagógico. Pesquisas recentes comprovam essa relação: Costa, Montiel e Bartholomeu (2016) observaram que crianças que recebem ajuda dos pais na leitura têm um desempenho melhor na área, enquanto Ribeiro *et al.* (2016) destacaram que interações cotidianas e o acesso a jogos pedagógicos estimulam diretamente a escrita.

Diante disso, embora tais estudos analisem o cenário da escola regular, essa dinâmica de apoio se torna ainda mais vital no contexto da educação especial. O aluno com deficiência que é incentivado por seus familiares mostra uma motivação muito maior para aprender. Sabe-se que os cuidadores enfrentam uma rotina cansativa de dupla jornada; contudo, quando a APAE orienta e valoriza a participação ativa da

família, o impacto no desenvolvimento mental do estudante é potencializado, melhorando significativamente a memória e a compreensão das informações dadas em sala (Boruchovitch, 1999; Oliveira *et al.*, 2017).

Além da participação da família, a escola tem um papel fundamental na inclusão, mas o sucesso desse processo depende de múltiplos fatores. Essa atuação é influenciada pela história de vida dos educadores, pelo apoio da rede social, pelas habilidades de comunicação da equipe e pelos recursos disponíveis na instituição (Silva; Elias, 2022). Desse modo, as observações feitas no estágio reforçam que a verdadeira acessibilidade depende tanto da estrutura física do prédio quanto do preparo humano dos profissionais envolvidos.

A despeito dessas necessidades, nota-se que na prática do dia a dia, embora o acesso a um ensino de qualidade seja um direito garantido, a realidade de quem tem deficiência costuma ser cercada de barreiras históricas, sociais e políticas. É preciso destacar que o diagnóstico não deve ser colocado acima do potencial do estudante, pois seu crescimento intelectual depende das oportunidades de ensino e das mediações oferecidas. O indivíduo é plenamente capaz de superar as limitações impostas por uma sociedade capacitista, necessitando do apoio do professor e do acesso ao conhecimento para desenvolver sua mente (Leonel; Leonardo, 2014).

Para fundamentar essa quebra de barreiras, essa perspectiva convida a escola a parar de focar apenas na falta biológica para focar nas reais possibilidades de aprender do estudante. Sob a ótica histórico-cultural, o desenvolvimento da mente não é determinado pela genética, mas sim pela qualidade das interações sociais. Quando o ensino é planejado a partir das capacidades do aluno, o professor atua como um mediador consciente, intervindo para transformar o que o jovem ainda não faz sozinho em autonomia. Portanto, subestimar um estudante com base em laudos é uma forma de exclusão disfarçada; a verdadeira inclusão aposta no sucesso por meio de um ensino eficiente (Campbell, 2009; Gesser *et al.*, 2020; Taylor, 2015; Wolbring, 2008).

Por fim, constata-se que uma das principais barreiras para garantir esse direito é a discriminação, que se manifesta na reprodução de estereótipos que tentam "consertar" a criança para aproximá-la de um padrão ideal. Essa visão médica gera obstáculos severos, como a falta de materiais adaptados, o baixo incentivo à

participação e a ideia errada de que essas crianças são incapazes, gerando nelas um profundo sentimento de rejeição (Ferreira; Gesser; Bock, 2024).

De maneira geral, verifica-se que essa prática excludente aparece no cotidiano, de forma consciente ou não, em ações e falas da equipe pedagógica que comparam os alunos com uma hierarquia de pessoas consideradas "normais" (Mello, 2016). Para mudar essa realidade, o professor deve ir além da simples transmissão de conteúdos repetitivos, tornando o aprendizado importante e dando um sentido real ao conhecimento.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das vivências e observações realizadas durante o estágio supervisionado em Psicologia na APAE. Por se tratar de um relato de experiência desenvolvido a partir das atividades de estágio, sem identificação dos participantes e sem intervenção direta para fins de pesquisa, foram observados os princípios éticos previstos pelo Conselho Federal de Psicologia.

Esta abordagem fundamenta-se na fenomenologia, buscando uma interpretação profunda e subjetiva para a compreensão do fenômeno estudado. Diferente da metodologia quantitativa, que foca na mensuração e verificação estatística, a pesquisa qualitativa permite que o investigador estabeleça uma interação direta com o objeto de estudo. Segundo Guerra *et al.*, (2024), essa postura confere flexibilidade e adaptabilidade ao processo, possibilitando a exploração detalhada das experiências, percepções e significações atribuídas pelos indivíduos aos seus contextos.

A coleta de informações baseou-se na técnica de observação, instrumento essencial para a atuação e avaliação do psicólogo. De acordo com Silva e Souza (2023), a observação no campo qualitativo é fundamental para a investigação diagnóstica e para a análise de casos complexos. O corpus de dados deste artigo foi construído a partir da observação sistemática do ambiente institucional e da atuação profissional do psicólogo. Tal percurso permitiu a compreensão da dinâmica entre

funcionários e alunos, possibilitando identificar como a influência do ambiente e a interação interdisciplinar propiciam a evolução dos participantes.

Os dados coletados foram examinados sob uma perspectiva descritivo-interpretativa, priorizando a compreensão das dimensões subjetivas que atravessam as interações no ambiente escolar e a resolutividade das práticas acompanhadas. Essa etapa consistiu em articular os pressupostos da fenomenologia com a rotina institucional, com o objetivo de atribuir significado às experiências dos indivíduos e evidenciar como a cooperação entre diferentes especialidades médicas e pedagógicas é norteadora para o progresso global dos estudantes.

Dessa forma, o exame descritivo atua como uma ponte que unifica o saber teórico à realidade prática do estágio. Essa articulação não apenas elucida os obstáculos encontrados no cotidiano da APAE, como também fundamenta novas possibilidades de intervenção psicológica, orientadas por um viés mais acolhedor, ético e humanizado.

Esta investigação foi viabilizada por meio das vivências práticas obtidas durante o estágio do Núcleo Comum II, integrante da graduação em Psicologia do Centro Universitário Univértix. As atividades de campo ocorreram nas dependências de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no interior do estado de Minas Gerais, perfazendo um total de 40 horas de monitoramento e registros. O estabelecimento de ensino e reabilitação conta com um espaço físico robusto, estruturado com salas de aula, setores de informática, pátios externos e núcleos de atendimento especializado em psicologia, serviço social, fisioterapia e terapia ocupacional. A imersão investigativa concentrou-se nas dinâmicas da equipe multiprofissional e no cotidiano dos educandos, buscando compreender de que maneira a atuação conjunta dessas especialidades fomenta a acessibilidade e a evolução dos alunos.

No que tange aos aspectos bioéticos, o estudo foi rigorosamente pautado pelas normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005). Assegurou-se o anonimato absoluto e a privacidade de todos os participantes mediante a alteração de suas identidades reais por pseudônimos, além da utilização de relatos

descaracterizados, salvaguardando a integridade e o respeito aos sujeitos que integraram a experiência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vivências durante as 40 horas de estágio supervisionado confirmaram que o trabalho do psicólogo na APAE vai muito além do atendimento clínico tradicional de consultório, funcionando como uma prática institucional e social ampla. Como apontado na introdução deste estudo, a Psicologia e a Educação se unem nesse espaço para construir práticas coletivas (Maia *et al.*, 2023), superando visões limitadas e transformando capacidades em desenvolvimento real.

Durante o acompanhamento das turmas de 3^a e 4^a séries, esse trabalho conjunto ficou claro em atividades que uniam o aprendizado e o afeto. Como exemplo, a produção de lembranças para o Dia das Mães, tal observação corrobora estudos que destacam a relevância das atividades lúdicas para o desenvolvimento da autonomia e da coordenação motora em contextos de educação especial. Logo depois, a professora trabalhou rimas e exercícios direcionados, preparando os estudantes para o momento do recreio.

Por outro lado, a observação atenta no campo também mostrou as dificuldades que surgem quando o método de ensino é muito rígido. Na atividade feita na biblioteca após o recreio, focada em montar palavras com peças de sílabas e letras, notou-se que as ferramentas padronizadas não atenderam às necessidades de todo o grupo, fazendo com que parte dos alunos perdesse o interesse. Sob a ótica da Psicologia Crítica, esses episódios reforçam que a falta de materiais flexíveis e adaptados ao ritmo de cada aluno acaba gerando formas de exclusão dentro da própria instituição, diminuindo o estudante em vez de acolhê-lo (Abreu; Braz, 2022; Santos; Sena Neto, 2024).

Ademais, as vivências no cenário escolar permitiram analisar de que maneira o uso de ferramentas pedagógicas alternativas e tecnológicas atua diretamente no manejo desse engajamento. Durante as observações nas turmas iniciais e na sala de informática, ficou evidente que a introdução de recursos digitais, como jogos educativos de matemática e linguagens em tablets, funciona como um importante

mediador da atenção. Esses instrumentos lúdicos, quando aliados a atividades analógicas como o uso de massinhas de modelar, mostraram-se caminhos eficientes para acolher a singularidade de alunos que inicialmente apresentavam forte resistência ao ambiente da escola.

Paralelamente a essa percepção pedagógica, a rotina das salas de aula explicitou a necessidade de uma leitura psicológica sensível sobre o comportamento de busca por autonomia dos estudantes. Foi possível notar que a dificuldade de concentração e o desejo frequente de evadir do espaço da aula para caminhar pelos corredores não devem ser encarados como mera indisciplina. Sob uma ótica compreensiva, essas atitudes revelam a necessidade de construir um ambiente menos rígido, onde a insistência afetuosa e a paciência da equipe docente se consolidam como o verdadeiro suporte para que o aluno se sinta seguro e integrado.

Em contrapartida, as observações migrando para os atendimentos clínicos especializados mostraram que, quando o trabalho respeita a história de vida e o tempo de cada pessoa, as limitações causadas pelas barreiras sociais começam a ser superadas. Acompanhar a evolução de três pacientes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com idades de 3, 6 e 13 anos, confirmou que a mediação e o apoio contínuo do psicólogo dentro do consultório são fundamentais para o progresso geral e para a conquista da autonomia.

Esses atendimentos individuais na clínica proporcionaram uma rica oportunidade de observar de perto nuances comportamentais específicas do espectro. Acompanhar os contatos práticos com os pacientes permitiu identificar manifestações como a ecolalia e episódios de fuga da sala. A experiência demonstrou que, nesses momentos de crise ou resistência, a habilidade do psicólogo em utilizar mediadores estratégicos, como o jogo "tapa certo" ou bonecos expressivos das emoções, é o que viabiliza a construção do vínculo terapêutico e a leitura das potencialidades de cada jovem.

Outro aspecto de grande relevância crítica percebido durante o contato com os pacientes diz respeito ao impacto das barreiras sensoriais e como elas se entrelaçam com o diagnóstico. Relatos sobre a seletividade alimentar severa, desencadeada pela hipersensibilidade olfativa, evidenciam que o sofrimento do paciente atípico repercute

de forma marcante no bem-estar do sujeito. Essa observação de consultório reforça que a atuação psicológica na instituição deve ter uma amplitude integral, compreendendo que as manifestações biológicas e sensoriais exigem um olhar atento e direcionamentos específicos.

A partir disso, a experiência do estágio mostrou que a própria inclusão escolar não acontece sem o apoio psicológico oferecido de forma estendida à família. Durante o acolhimento à mãe de um dos pacientes com TEA, que relatou muito cansaço devido à sobrecarga de cuidados e aos desafios da rotina doméstica, a psicóloga da instituição a encaminhou para uma psicoterapia individual externa. Essa atitude mostra a importância do trabalho em equipe da APAE, que estende os cuidados de saúde mental aos cuidadores, seguindo o que prevê a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e garantindo que a igualdade de oportunidades envolva todo o núcleo familiar.

Por fim, as experiências colhidas no cotidiano institucional provaram que os processos de inclusão ganham real vitalidade quando rompem os muros das salas e do consultório e alcançam a coletividade. A celebração do Dia Internacional da Síndrome de Down ilustrou essa premissa de forma prática, unindo funcionários, estagiários, alunos e famílias em uma dinâmica festiva marcada pelo simbolismo das meias coloridas. Para além do caráter recreativo, esse momento ofereceu uma rica oportunidade para analisar o comportamento dos estudantes em interações sociais ampliadas, demonstrando que a celebração da diversidade é uma ferramenta poderosa para desconstruir preconceitos e humanizar as relações humanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de estágio na APAE permitiu concluir que promover a inclusão de pessoas com deficiência é um processo contínuo, que exige uma atuação psicológica humanizada e sensível às realidades institucionais e familiares. A experiência prática evidenciou que garantir o acesso à instituição é apenas o primeiro passo, sendo indispensável transformar os espaços de aprendizagem e de clínica em ambientes de verdadeiro acolhimento.

A partir das análises realizadas, ficou claro que o combate ao capacitismo e ao isolamento das famílias depende de ações conjuntas. A efetivação dos direitos dos estudantes e a melhoria de sua qualidade de vida demandam propostas pedagógicas flexíveis em sala de aula, cooperação entre a equipe multidisciplinar e, principalmente, um olhar cuidadoso para a saúde mental das mães e cuidadores, que sustentam o processo de reabilitação fora da escola.

A experiência de estágio possibilitou ampliar a compreensão acerca da atuação da Psicologia no contexto da educação especial, contribuindo para a articulação entre teoria e prática profissional. Como limitação, destaca-se que as análises foram realizadas a partir de uma única experiência de estágio em uma instituição específica, o que restringe a generalização dos resultados. Sugere-se que pesquisas futuras investiguem diferentes contextos institucionais e ampliem a compreensão sobre a atuação psicológica junto às famílias de pessoas com deficiência.

A vivência, portanto, reafirma o papel político e ético do psicólogo: o de atuar como um elo que humaniza as relações cotidianas, enxergando a deficiência não como um sinônimo de incapacidade, mas como uma das diversas e legítimas formas humanas de existir e aprender no mundo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caroline Teixeira de; BRAZ, Laura Gonzales. **A contribuição da APAE na educação inclusiva da pessoa com deficiência**. 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/234561>. Acesso em: 26 mai. 2026.

A IMPORTÂNCIA da psicologia educacional no processo de ensino – aprendizagem: estratégias para aprimorar o desenvolvimento dos alunos. **Revista UNIFichando Saberes**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3-19, jul./dez. 2023. Disponível em: <http://revista.unific.edu.br/index.php/saberes/article/view/102>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BAPTISTA, M. N. **Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): estudo componencial**. São Paulo: Vetor, 2009.

BARROS, I. C. O.; SANTOS, J. O. A importância da parceria família-escola no processo de ensino aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 5,

n. 2, p. 39-45, 2015. Disponível em:
<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/download/4111/3641>.
Acesso em: 12 abr. 2026.

BATISTA, Daiana Martins; CAFIEIRO, Gabriela Machado. A família e o diagnóstico de deficiência intelectual: contribuições da psicologia e estratégias de enfrentamento. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 6, p. 85-98, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2840>. Acesso em: 28 abr. 2026.

BORUCHOVITCH, E. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 2, p. 361-376, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000200008>. Acesso em: 22 mar. 2026.

CAMPBELL, F. K. **Contours of ableism**: the production of disability and abledness. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/08/codigo_etica.pdf. Acesso em: 27 mai. 2026.

COSTA, K.; MONTIEL, J. M.; BARTHOLOMEU, C. S. M. Percepção do suporte familiar e desempenho em leitura e escrita de crianças do ensino fundamental. **Revista Psicopedagogia**, v. 33, n. 101, p. 154-163, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000200005. Acesso em: 05 abr. 2026.

FERREIRA, Simone De Mamann; GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer. Narrativas de estudantes da educação básica sobre o capacitismo e o anticapacitismo presentes nas práticas pedagógicas na escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 105, e5821, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.105.5821>. Acesso em: 13 mar. 2026.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (org.). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348190994_Estudos_da_deficiencia_inters_eccionalidade_anticapacitismo_e_emancipacao_social. Acesso em: 28 abr. 2026.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, v. 15, n. 7, p. 1-15, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.4019>. Acesso em: 26 mai. 2026.

LEONEL, Waléria Henrique dos Santos; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 4, p. 541–554, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400006>. Acesso em: 16 abr. 2026.

MAIA, Maria Fernanda Bessa Viana Rosado; SANTOS, Vitória Medeiros dos; LIMA, Margarida Beatriz Gomes Vieira; AMORIM, Betânia Maria Oliveira. Contribuições da psicologia no contexto educativo da APAE: um relato de experiência. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2023, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2023. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/84921>. Acesso em: 28 abr. 2026.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. Disponível: <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n10/3265-3276/pt/>. Acesso em: 28 abr. 2026.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, A. A. A.; INÁCIO, A. L. M. Estratégias de aprendizagem no ensino médio brasileiro: análise exploratória dos resultados. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, n. extraordinário 01, p. 337-341, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.01.3041>. Acesso em: 19 mai. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 28 mai. 2026.

RAIMUNDO, Eduarda Gonçalves; HERNANDES, Lincon Ficks. **A psicologia na APAE**: relato de experiência de um estágio. Goiânia: Faculdade América (FAM), 2022. Trabalho acadêmico. Disponível em: <http://repositorio.faculdadeamerica.edu.br/handle/123456/789>. Acesso em: 13 mar. 2026.

RIBEIRO, R.; CIASCA, S. M.; CAPELATTO, I. V. Relação entre recursos familiares e desempenho escolar de alunos do 5º ano do ensino fundamental de escola pública. **Revista Psicopedagogia**, v. 33, n. 101, p. 164-174, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000200006. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, Keren Passos dos; SENA NETO, Bernardino Galdino de. A APAE enquanto espaço de educação não formal e a participação da família no desenvolvimento da criança autista. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 17, p. 1126–1148,

maio 2024. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/gepraxis/article/view/14321>. Acesso em: 26 mai. 2026.

SILVA, Eliza França e; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e26627, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469826627>. Acesso em: 16 abr. 2026.

SILVA, Maria Regina da *et al.* **A importância da psicologia educacional no processo de ensino-aprendizagem**: estratégias para aprimorar o desenvolvimento dos alunos. Revista UNIFlcando Saberes, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3-19, 2023.

TAYLOR, A. The discourse of pathology: reproducing the able mind through bodies of color. **Hypatia: a Journal of Feminist Philosophy**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 181-198, 2015. Disponível em:
<https://www.cambridge.org/core/journals/hypatia/article/abs/discourse-of-pathology-reproducing-the-able-mind-through-bodies-of-color/53870D7842F2B5499450CCBE8C003092>. Acesso em: 26 de mai. 2026.

WOLBRING, G. The politics of ableism. **Development**, Washington, v. 51, n. 2, p. 252-258, 2008. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/5219934_The_Politics_of_Ableism. Acesso em: 26 de mai. 2026.